

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

CONTABILIDADE COM ÊNFASE EM TRIBUTOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTABILIDADE COM ÊNFASE EM TRIBUTOS

DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERENCIAL
RESUMO
A contabilidade gerencial é a área da contabilidade que tem maior responsabilidade no que tange a subsidiar a tomada de decisão, fazendo a empresa seguir rumo aos objetivos traçados pela alta cúpula organizacional. Nesse sentido, a contabilidade gerencial leva em consideração os aspectos internos da empresa, considerando, em primeira mão, as atividades operacionais, as quais são também conhecidas como atividades de valor, conceituadas de maneira mais formal com um conjunto denominado cadeia de valor.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 CONCEITO E FUNÇÕES DA CONTABILIDADE GERENCIAL O CONTADOR GERENCIAL O SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INFORMAÇÃO GERENCIAL CONTÁBIL INFORMAÇÃO E VANTAGEM COMPETITIVA
AULA 2 A CADEIA DE VALORES CADEIA DE VALOR E OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS AS EXPECTATIVAS DOS CLIENTES E O CONTROLE DO PROCESSO A PERSPECTIVA DOS STAKEHOLDERS E OS OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS O PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E O CONTROLE GERENCIAL
AULA 3 ORÇAMENTO EMPRESARIAL ORÇAMENTO DE VENDAS ORÇAMENTO DE CAPITAL PROJEÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS ASPECTOS COMPORTAMENTAIS DO ORÇAMENTO
AULA 4 O CONTROLE GERENCIAL NAS ORGANIZAÇÕES DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES CENTROS DE RESPONSABILIDADE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA CUSTO DE OPORTUNIDADE
AULA 5 PAPEL DA RECOMPENSA NO CONTROLE DA EMPRESA TEORIAS DE MOTIVAÇÃO FATORES QUE AFETAM A MOTIVAÇÃO INDIVIDUAL MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO EFETIVO E SISTEMAS DE RECOMPENSAS RECOMPENSA COMO INCENTIVO E RESPONSABILIDADES AO FUNCIONÁRIO

AULA 6

PAPEL DA RECOMPENSA NO CONTROLE DA EMPRESA
TEORIAS DE MOTIVAÇÃO
FATORES QUE AFETAM A MOTIVAÇÃO INDIVIDUAL
MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO EFETIVO E SISTEMAS DE RECOMPENSAS
RECOMPENSA COMO INCENTIVO E RESPONSABILIDADES AO FUNCIONÁRIO

BIBLIOGRAFIAS

- MEGLIORINI, E. Custos: análise e gestão. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- PADOVEZE, C. L. Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- FREZZATTI, F. et al. Controle gerencial: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamento e sociológico. São Paulo: Atlas, 2009.

DISCIPLINA:
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

RESUMO

É preciso conhecer os conceitos básicos do direito tributário e financeiro. Você perceberá que os conceitos e institutos que aprenderemos serão recorrentes em nossas conversas e na própria legislação. Por isso, é primordial a compreensão do conteúdo desta aula para o desenvolvimento da disciplina. Iniciaremos com o conceito de tributo trazido pelo Código Tributário Nacional, para, no segundo momento, reconhecermos e distinguirmos as espécies tributárias. Compreendido o tributo, passaremos para os princípios constitucionais tributários que são verdadeiras limitações ao poder de tributação do Estado. Logo em seguida trataremos da obrigação e crédito tributário, para finalizarmos com o aprendizado das diversas modalidades de lançamento tributário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITO DE TRIBUTO
ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS
OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA
CRÉDITO TRIBUTÁRIO: LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

AULA 2

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA
COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA NO COMEX
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
MERCOSUL E TRIBUTOS

AULA 3

IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI)
PIS/PASEP E COFINS
ICMS
DEMAIS TRIBUTOS

AULA 4

OMC E TRIBUTAÇÃO
MEDIDAS ANTIDUMPING
MEDIDAS COMPENSATÓRIAS
MEDIDAS DE SALVAGUARDA
IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO

AULA 5

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
ELISÃO FISCAL
EVASÃO FISCAL
BITRIBUTAÇÃO E DUPLA ISENÇÃO
CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

AULA 6

BENEFÍCIOS FISCAIS DE ÂMBITO GERAL E DE ÂMBITO RESTRITO NO COMÉRCIO EXTERIOR
REGIMES ESPECIAIS ADUANEIROS
INCENTIVOS FINANCEIROS À EXPORTAÇÃO
ISENÇÕES E REDUÇÕES DE TRIBUTOS
REGIMES EM ÁREAS ESPECÍFICAS

BIBLIOGRAFIAS

- AMARO, L. Direito Tributário Brasileiro. 16ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- ÁVILA, A. R. S. Curso de Direito Tributário. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007.
- BRASIL. Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Código Tributário. Diário Oficial da União, Brasília, 27 out. 1966.

DISCIPLINA:

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

RESUMO

Esta Disciplina abrange o Estudo sobre Planejamento Tributário, no qual são utilizadas as Normas Legais e os Conhecimentos Contábeis como base para o Estudo. Ela visa a proporcionar um contato mais aprofundado com a Legislação Vigente e demonstrar como a Contabilidade pode ser uma ferramenta para o Benefício da Sociedade. Competências: Entender como funciona o Planejamento Tributário; Habilidades: Conhecer a Base Teórica e Aplicá-la na Elaboração do Planejamento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

COMO FAZER O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
ELISÃO FISCAL VERSUS EVASÃO FISCAL; TIPOS DE ELISÃO, ABUSO DE FORMA
ESTADO VERSUS CONTRIBUINTE
O DIREITO DO CONTRIBUINTE DE PAGAR SOMENTE O TRIBUTO DEVIDO
FINALIDADE DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO; PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO OBRIGAÇÃO

AULA 2

A CONTABILIDADE COMO BASE DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

INTERPRETAÇÃO DA LC Nº 104/2001
ABUSOS DA RECEITA FEDERAL
COMO FAZER O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
FORMAS DE SONEGAÇÃO FISCAL

AULA 3

REGIMES DE TRIBUTAÇÃO: CONCEITOS BÁSICOS
LUCRO REAL: TÓPICOS ELEMENTARES
LUCRO PRESUMIDO: TÓPICOS ELEMENTARES
LUCRO ARBITRADO: TÓPICOS ELEMENTARES
SIMPLES: TÓPICOS ELEMENTARES

AULA 4

CISÃO, FUSÃO E INCORPORAÇÃO
COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS
INCORPORAÇÃO E ABSORÇÃO DE PREJUÍZOS PELA INCORPORADORA
CISÃO SEM APURAÇÃO DE GANHO DE CAPITAL
PARTICIPAÇÃO EXTINTA EM CISÃO, FUSÃO E INCORPORAÇÃO

AULA 5

TÓPICOS ESPECÍFICOS DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: OPERAÇÕES DE VENDAS
NA INTERNET
NEUTRALIDADE FISCAL
BRINDES OU BONIFICAÇÕES DE MERCADORIAS
GASTOS COM FORMAÇÃO PROFISSIONAL
POSTERGAÇÃO DE FATURAMENTO

AULA 6

RENDIMENTOS DOS SÓCIOS E SUA TRIBUTAÇÃO
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO
GANHOS DE CAPITAL
PREVIDÊNCIA PRIVADA
LIVRO CAIXA

BIBLIOGRAFIAS

- ALVES, V. Planejamento tributário (elisão fiscal). Jusbrasil, 2014. Disponível em: <https://valdivinodesousa.jusbrasil.com.br/artigos/121944135/planejamento-tributario-elisao-fiscal>.
- BANDEIRA DO Ó, Maria da C. Diferenças entre imunidade, isenção e não incidência tributária. Conteúdo jurídico, 2016. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,diferencas-entre-imunidade-isencao-e-nao-incidencia-tributaria,56460.html>.
- LIMA, B. L. L. Evasão Fiscal. Prática Contábil. Disponível em: <http://www.praticacontabil.com/contadorperito/Bruno.pdf>.

DISCIPLINA:

ANÁLISE DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL

RESUMO

Ao iniciarmos nosso estudo, vamos trilhar uma área do conhecimento em que a compreensão dos diversos temas que iremos abordar é de suma importância para o entendimento do todo. É importante que você, caro(a) parceiro nesta jornada, entenda fundamentalmente a necessidade de se compreender este Mercado e sua relevância dentro de um contexto macro das ações estabelecidas na condução da Política Macroeconômica do País. É a Política Econômica, por meio da Política Monetária, que dá um norte a ser seguido e tem no Mercado Financeiro o espaço adequado para implantar suas diretrizes, dado a relevância e abrangência do sistema. Em um curso de especialização em Finanças e Vendas, não entender o mercado financeiro, suas nuances, as ações de Estado e sua finalidade no processo de gestão da liquidez do mercado é não saber interpretar os cenários visando uma eficiente administração do futuro das Empresas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
POLÍTICA MONETÁRIA
POLÍTICA FISCAL
POLÍTICA CAMBIAL
POLÍTICA CREDITÍCIA E DE RENDA

AULA 2

INTRODUÇÃO
OS AGREGADOS MONETÁRIOS NO BRASIL
MERCADO ABERTO OU OPEN MARKET
REDESCONTO, COMPULSÓRIO E A LEI Nº 14.185/2021
QUANTITATIVE EASING OU FLEXIBILIDADE QUANTITATIVA

AULA 3

INTRODUÇÃO
ÓRGÃOS NORMATIVOS
ENTIDADES SUPERVISORAS
OPERADORES DO SFN
LEI N. 13.709 - LGPD

AULA 4

INTRODUÇÃO
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS
O MERCADO DE AÇÕES E A [B]3
TAXA DE CÂMBIO E REGIME CAMBIAL
EXPORTAÇÕES E O BALANÇO DE PAGAMENTOS

AULA 5

INTRODUÇÃO
POLÍTICAS DE CRÉDITO E O SPREAD BANCÁRIO
GERENCIAMENTO DE RISCO
TIPOS DE RISCOS
TIPOS DE GARANTIAS EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

AULA 6

INTRODUÇÃO
BLOCOS ECONÔMICOS
CRISES GLOBAIS
O PAPEL DAS TAXAS DE JUROS
JUROS, TAXAS NOMINAIS, REAIS E ATIVOS FINANCEIROS

BIBLIOGRAFIAS

- CLETO, C. Coleção Gestão Empresarial FAE Business School. Curitiba: Editora Gazeta do Povo, 2002.

DISCIPLINA:
AUDITORIA FISCAL E TRIBUTÁRIA

RESUMO

A contabilidade e a auditoria são áreas estreitamente relacionadas, já que a base para a atuação dos auditores contábeis está nas demonstrações contábeis, que são produzidas e expressas por meio de sistemas de contabilidade, sendo preparadas pelo setor de contabilidade e controladoria das organizações. O processo evolutivo da auditoria contábil está atrelado à evolução da contabilidade como ciência e setor auxiliar à gestão, no processo de suporte informacional e de tomada de decisões. A abordagem da área foi aprimorada, ao longo do tempo, por parte da auditoria externa, refletindo necessidades ligadas à evolução das organizações, em especial o aumento da complexidade nas transações, no comércio exterior e nas novas formas de arranjo organizacional, considerando principalmente a inovação tecnológica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
ÓRGÃOS E ENTIDADES RELACIONADAS
AUDITORIA INTERNA E AUDITORIA INDEPENDENTE NA CONTABILIDADE
INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR EXTERNO
APLICAÇÃO DAS NORMAS DE AUDITORIAS VIGENTES NO BRASIL

AULA 2

INTRODUÇÃO
BALANÇO PATRIMONIAL E DISCUSSÕES PARA A AUDITORIA
AUDITORIA CONTÁBIL E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
NOTAS EXPLICATIVAS PARA A AUDITORIA
APLICAÇÃO DAS PRINCIPAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AULA 3

INTRODUÇÃO
AS ATIVIDADES PRELIMINARES DO TRABALHO DE AUDITORIA
OS PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA
PAPÉIS DE TRABALHO
APLICAÇÃO DOS MODELOS DE TRABALHO DO AUDITOR E SUA ANÁLISE

AULA 4

INTRODUÇÃO
AS NORMAS PROFISSIONAIS DO AUDITOR INDEPENDENTE
O PROCESSO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

REQUISITOS ÉTICOS, CETICISMO E JULGAMENTO PROFISSIONAL
PRÁTICA 4: APLICAÇÃO DAS NORMAS RELATIVAS À AUDITORIA INTERNA (AI)

AULA 5

INTRODUÇÃO

O PROCESSO DE AMOSTRAGEM NA AUDITORIA CONTÁBIL

A APLICAÇÃO DE TESTES EM AUDITORIA

MATERIALIDADE EM AUDITORIA

APLICAÇÃO DA AUDITORIA E O CONTROLE INTERNO

AULA 6

INTRODUÇÃO

AS MODIFICAÇÕES NA OPINIÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE

INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO-COMENTÁRIO

O PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXEMPLO DE EMISSÃO DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONDENSADAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TA 220 Estrutura Conceitual, de 20 de novembro de 2015. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 21 nov. 2015.
- IAA BRASIL. Definição de Auditoria Interna. Disponível em: <https://iiabrasil.org.br/ippf/definicao-de-auditoria-interna>.

DISCIPLINA:

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

RESUMO

Ante o surgimento e organização da Administração Pública, que advém do século XVIII e XIX, quando o Estado deixou de ser absolutista e passou a ser Estado de Direito, separando os Poderes e estabelecendo conexões com vários ramos do direito, surgiram princípios e normativas para garantir a segurança ao direito do povo em relações particulares e públicas. Para entendermos melhor a grande máquina que se tornou a Administração Pública, devemos estudar de uma forma mais aprofundada os temas principais: centralização e descentralização; concentração e desconcentração; administração direta e indireta, por meio das autarquias; fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista; agências reguladoras; agências executivas e terceiro setor. Nesse contexto, destacamos que a centralização ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira direta, por meio de seus órgãos e agentes que compõem sua estrutura. A descentralização, por sua vez, ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira indireta, delegando-as a outras entidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

ATOS ADMINISTRATIVOS

PRINCÍPIOS E RESPONSABILIDADES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

PODERES ADMINISTRATIVOS

CLASSIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

AULA 2

INTRODUÇÃO

PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO

MODALIDADES DA LICITAÇÃO

EXCLUDENTES DE LICITAÇÃO

REVOGAÇÃO, INVALIDAÇÃO E DESISTÊNCIA DA LICITAÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO

CONTRATOS, CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS

TIPOS DE CONTRATO

CLÁUSULAS OBRIGATÓRIAS

EXECUÇÃO E INEXECUÇÃO CONTRATUAL

AULA 4

INTRODUÇÃO

O MERCADO ECONÔMICO E GESTÃO DE CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GESTÃO DE CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ASPECTOS IMPORTANTES SOBRE GESTÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS

A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

AULA 5

INTRODUÇÃO

PRINCIPAIS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

ASPECTOS IMPORTANTES AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E A LEI N. 8.666/93

EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

BENS PÚBLICOS

AULA 6

INTRODUÇÃO

CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

TERCEIRO SETOR – LEI N. 13.019/2014

CONTROLES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E OUTRAS LEGISLAÇÕES PERTINENTES À

GESTÃO E À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição Federal (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.
- BRASIL. Lei n. 4.717, de 29 de junho de 1965. Regula a ação popular. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4717.htm.
- BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm.

DISCIPLINA:

GESTÃO DE TRIBUTOS NA FORMAÇÃO DE PREÇOS E CUSTOS

RESUMO

Neste material iremos abordar sensibilização, fundamentos, conceitos e terminologias sobre custos; contabilidade de custos e introdução aos custos logísticos. Além disso, iremos identificar os principais aspectos e conceitos envolvidos na gestão de custos; perceber como classificar gastos e custos e discutir sobre o assunto.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

FUNDAMENTOS DE CUSTOS
A CONTABILIDADE DE CUSTOS
TERMINOLOGIAS E CONCEITOS EM CUSTOS
OS CUSTOS LOGÍSTICOS
CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS

AULA 2

ESTRUTURA DOS CUSTOS DE MÃO DE OBRA
SISTEMA DE CUSTEIO VARIÁVEL
OS CRITÉRIOS DE RATEIO DE CUSTOS
CUSTOS E RESULTADOS
SISTEMA DE CUSTEIO POR ABSORÇÃO

AULA 3

CUSTOS DE ARMAZENAGEM
CUSTOS DOS TRANSPORTES E TRIBUTÁRIOS
CUSTOS DE ESTOQUES
CUSTO LOGÍSTICO TOTAL E TRADE OFF
CUSTOS DE PROCESSAMENTOS DOS PEDIDOS

AULA 4

A IMPORTÂNCIA DOS MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DE ESTOQUE
MARGEM DE SEGURANÇA E ALAVANCAGEM OPERACIONAL
PONTO DE EQUILÍBRIO E MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO
CUSTO DO CAPITAL E CUSTOS FINANCEIROS
AS ETAPAS DO CUSTEIO

AULA 5

ANÁLISE POR CENTRO DE CUSTOS
A ANÁLISE CVL – CUSTO-VOLUME-LUCRO
CUSTOS DE ESTOQUES
COMPARAÇÃO ENTRE TERCEIRIZAR E INTERNALIZAR
VANTAGENS E DESVANTAGENS DOS MÉTODOS DE CUSTEIO

AULA 6

REGIMES TRIBUTÁRIOS E CRÉDITO DE IMPOSTOS
FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA
GESTÃO DOS CUSTOS LOGÍSTICOS E NÍVEL DE SERVIÇOS
TOMADA DE DECISÕES BASEADAS EM CUSTOS
CUSTOS E ORÇAMENTOS

BIBLIOGRAFIAS

- JORGE, R. K. Gestão de custos, riscos e perdas. São Paulo: Pearson, 2016.
- MEGLIORINI, E. Custos: análise e gestão. 3 ed. São Paulo: Pearson, 2011.
- PEREZ JÚNIOR, J. H. Gestão estratégica de custos: textos e testes com as respostas. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DISCIPLINA:
GESTÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PREV. E TRABALHISTAS

RESUMO

É importante esclarecer a principal diferença entre saúde, assistência e previdência social, uma vez que a população em geral talvez não tenha conhecimento dos direitos em relação à seguridade social que devem ser fornecidos pelo Estado. O regime geral de previdência social é o regime de previdência da maioria dos brasileiros, já que o regime próprio de previdência compreende apenas os servidores públicos de cargo efetivo, enquanto a previdência complementar possui um caráter facultativo, logo, é um regime opcional aos cidadãos. Ademais, a grande maioria da população desconhece os direitos decorrentes da filiação e da inscrição ao regime geral de previdência social, especificamente no que diz respeito aos benefícios previdenciários.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL

REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

FILIAÇÃO E INSCRIÇÃO

AULA 2

INTRODUÇÃO

SEGURADOS FACULTATIVOS E DEPENDENTES

SUSPENSÃO, CANCELAMENTO E ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS

MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO

PERÍODOS DE CARÊNCIA

AULA 3

INTRODUÇÃO

APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

APOSENTADORIA POR IDADE

APOSENTADORIA ESPECIAL

AUXÍLIO-DOENÇA

AULA 4

INTRODUÇÃO

BENEFÍCIO ASSISTENCIAL

PENSÃO POR MORTE

AUXÍLIO-RECLUSÃO

SALÁRIO MATERNIDADE

AULA 5

INTRODUÇÃO

ACIDENTE DE TRABALHO

INDENIZAÇÕES

ACIDENTE DE TRABALHO EFEITOS NO CONTRATO DE TRABALHO
AÇÕES REGRESSIVAS

AULA 6

INTRODUÇÃO

DOENÇAS OCUPACIONAIS

COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO

PRESCRIÇÃO DAS AÇÕES ACIDENTÁRIAS

EFEITOS DAS DECISÕES JUDICIAIS PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL

BIBLIOGRAFIAS

- _____. Manual de direito previdenciário. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. GARCIA, G. F. B. Curso de direito da seguridade social. 3. ed., ver. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- MARTINEZ, W. N. M. Curso de direito previdenciário. 7. ed. São Paulo: LTr, 2017.
- CASTRO, C. A. P. de; LAZZARI, J. B. Direito previdenciário. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

DISCIPLINA:

DESENVOLVIMENTO PESSOAL, REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS EM CARGOS E SALÁRIOS

RESUMO

No atual cenário de transição em que estamos vivendo, é nítida a remodelação do significado da palavra “carreira”, assim como sua prática nas organizações e em teorias acadêmicas aplicadas ao tema e sua prospecção. Planejar um futuro profissional implica ações que envolvem pensar à frente, alinhando metas, expectativas e interesses com os nossos sonhos. A projeção de carreira representa a priori o ponto de partida; é por essa razão que o planejamento estratégico é tão significativa na vida profissional. Não podemos ter certezas, a não ser que tenhamos dúvidas. Refletir sobre o trajeto que percorremos, e como nos vemos em uma linha futura, permite-nos elaborar ações inteligentes no momento presente, na esperança de colher os resultados dos empenhos que empregamos durante uma jornada. Como podemos desenvolver nossa carreira em um mundo flexível, que muda em ritmo acelerado? O profissional moderno deve ter um olhar exclusivo para a sua carreira, realizando um plano de desenvolvimento, que por sua vez incorpora novas habilidades e competências, novos conhecimentos e novas atitudes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

MODELOS DE CARREIRA

CARREIRAS NA ATUALIDADE

CARREIRAS E GERAÇÕES

GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIA

AULA 2

INTRODUÇÃO

MODELOS DE COACHING

A SESSÃO DE COACHING

DESIGN DE CARREIRA

PLANO DE CARREIRA

AULA 3

INTRODUÇÃO
INTELIGÊNCIA E OS TESTES DE QI (QUOCIENTE DE INTELIGÊNCIA)
INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS
CARREIRA EXECUTIVA E COACHING DE LIDERANÇA
ORGANIZAÇÕES QUE APRENDEM

AULA 4

INTRODUÇÃO
GESTÃO DAS EMOÇÕES
O USO DA PSICOLOGIA POSITIVA NA VIDA E NOS NEGÓCIOS
ACONSELHAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL
PILARES DE UMA CARREIRA SUSTENTÁVEL

AULA 5

INTRODUÇÃO
COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS PARA CARREIRA
DESAFIOS NA TRANSIÇÃO EM PAPÉIS DE LIDERANÇA
CANVAS PESSOAL – METODOLOGIA PARA PLANEJAR E GERIR CARREIRA
EMPREENDEDORISMO PESSOAL E CARREIRAS AUTÔNOMAS

AULA 6

INTRODUÇÃO
PROPÓSITO
VALORES E PRINCÍPIOS
CRENÇAS
VIDA E CARREIRA

BIBLIOGRAFIAS

- CHIAVENATO, I. Princípios da Administração: o Essencial Em Teoria Geral da Administração. 2. ed. Marca: Manole, 2012.
- CATANANTE, B.; FILLIAGE, M. Gerações X y Z S: na visão de um baby boomer. Pinhais, PR: Melo, 2011.
- FLEURY, A.; FLEURY, M. T. L. Estratégias empresariais e formação de competências. São Paulo: Atlas, 2011

DISCIPLINA:

CONTABILIDADE EMPRESARIAL E TRIBUTÁRIA

RESUMO

Ao longo do tempo, a contabilidade deixou de ser produzida apenas para cumprir a legislação fiscal e passou a desempenhar um papel importante dentro das empresas, com informações geradas para os mais diversos públicos, sejam eles internos ou externos, tais como os fornecedores, os empregados, os sócios e acionistas, os bancos, entre outros. Dada a importância atribuída à contabilidade e à entrega de informações da situação econômica e financeira das empresas, os estudiosos criaram diversos ramos para que cada trate de assuntos específicos, tais como: a contabilidade empresarial, a tributária, a de custos, a gerencial etc. Porém, independentemente do ramo que se estude, há que se ter em mente que todos estão voltados para o mesmo objetivo, que é de manter as entidades bem informadas sobre seus resultados, diante de um mercado que está cada dia mais competitivo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
OBJETIVOS DOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS
USUÁRIOS DA CONTABILIDADE
TIPOS DE EMPRESAS
EXEMPLOS PRÁTICOS DE SOCIEDADE

AULA 2

INTRODUÇÃO
OBJETIVOS DOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS
RELATÓRIOS CONTÁBEIS OBRIGATÓRIOS X NÃO OBRIGATÓRIOS
CAPITAL DE TERCEIROS E CAPITAL PRÓPRIO
EXEMPLOS PRÁTICOS DOS CÁLCULOS DA ESTRUTURA DE CAPITAL

AULA 3

INTRODUÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA
INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA EMPRESA
EXEMPLOS PRÁTICOS DOS CÁLCULOS DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ

AULA 4

INTRODUÇÃO
FINALIDADE DA CONTABILIDADE DE CUSTOS
SISTEMAS DE APURAÇÃO OU CUSTEIO DE CUSTOS
AVALIAÇÃO DE ESTOQUES
EXEMPLOS PRÁTICOS DO CUSTEIO POR ABSORÇÃO E CUSTEIO VARIÁVEL

AULA 5

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS CONSTITUCIONAIS
FATO GERADOR, INCIDÊNCIA E NÃO INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA
TRIBUTOS SOBRE A RENDA LUCRO REAL, PRESUMIDO E SIMPLES NACIONAL
EXEMPLOS PRÁTICOS DO LUCRO REAL, PRESUMIDO E SIMPLES NACIONAL

AULA 6

INTRODUÇÃO
PIS, COFINS, ICMS E ISS
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO
OBRIGAÇÕES FISCAIS PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS
EXEMPLOS PRÁTICOS DE CÁLCULO DE ENCARGOS SOCIAIS

BIBLIOGRAFIAS

- MAMEDE, G. Direito Societário. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- MARION, J. C. Contabilidade empresarial: instrumentos de análise, gerência e decisão. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- RIBEIRO, O. M. Contabilidade básica. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

DISCIPLINA: DIREITO ADUANEIRO
RESUMO
<p>O direito aduaneiro versa sobre diversos temas relacionados à importação e exportação de bens e serviços. Quantas pessoas já importam ou exportam produtos e serviços sem se darem conta das regras e procedimentos corretos para a entrada e/ou saída desses bens e serviços do país? Quantos dos seus clientes já pensaram em importar mercadorias para revender no Brasil olhando somente o valor do produto no exterior e concluindo que esse negócio será o chamado negócio da China? E quantos clientes não lhe perguntam o procedimento, a legislação aplicável, a forma como trazer o produto para o mercado brasileiro? E, ainda, quantos clientes precisam importar bens e serviços para que continuem competitivos em relação à venda ou revenda de seus produtos no mercado interno e externo? Para entender os procedimentos, tributos, a legislação aplicável etc. sobre importação e exportação de bens e serviços, existe o direito aduaneiro.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>AULA 1 INTRODUÇÃO ADUANA FONTES DO DIREITO ADUANEIRO TERRITÓRIO ADUANEIRO TRATADOS INTERNACIONAIS</p> <p>AULA 2 INTRODUÇÃO ÓRGÃOS INTERVENIENTES NO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO - PARTE II REGULAMENTO ADUANEIRO REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS - PARTE I REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS - PARTE II</p> <p>AULA 3 INTRODUÇÃO COMPOSIÇÃO DO VALOR ADUANEIRO TRIBUTOS – PARTE I TRIBUTOS – PARTE II TRIBUTOS – PARTE III</p> <p>AULA 4 INTRODUÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA HABILITAÇÃO NO RADAR REVISÃO ADUANEIRA PENA DE PERDIMENTO CONSULTA À LEGISLAÇÃO</p> <p>AULA 5 INTRODUÇÃO EXCESSO DE PRAZO QUANTO AOS DOCUMENTOS ENTREGUES PARA HABILITAÇÃO NO RADAR</p>

EXCESSO DE PRAZO PARA RESPOSTA QUANTO AO ANDAMENTO DO PROCESSO DE DESEMBARAÇO ADUANEIRO POR MOTIVO DE GREVE E DEMAIS FATORES AÇÃO DECLARATÓRIA PARA RECONHECIMENTO DE ILEGALIDADE E/OU INCONSTITUCIONALIDADE DE TRIBUTOS NA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO CUMULADO COM A RESTITUIÇÃO DO PAGAMENTO INDEVIDO NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS
AÇÃO DECLARATÓRIA PARA RECONHECIMENTO DE ILEGALIDADE E/OU INCONSTITUCIONALIDADE COM RELAÇÃO AO AUMENTO DA TAXA SISCOMEX, BEM COMO A RESTITUIÇÃO DO PAGAMENTO INDEVIDO NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

AULA 6

INTRODUÇÃO

FLUXOGRAMA DE EXPORTAÇÃO

FLUXOGRAMA DE IMPORTAÇÃO - PARTE I

FLUXOGRAMA DE IMPORTAÇÃO - PARTE II

CONSULTA À CLASSIFICAÇÃO FISCAL

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- _____. Decreto n. 660, de 25 de setembro de 1992. Diário Oficial da União, Brasília, 28 set. 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0660.htm.
- _____. Decreto n. 6.759, de 5 de fevereiro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, 6 fev. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6759.htm.

DISCIPLINA:

CONTABILIDADE SOCIETÁRIA

RESUMO

Já se passaram alguns anos depois da convergência das normas internacionais de contabilidade no Brasil. Tais alterações iniciaram a partir da Lei 11.638/2007 e da Medida Provisória 448 de 2008, convertida na Lei 11.941/2009. Ambas as normas alteraram diversos dispositivos da Lei das S/As, como é conhecida a Lei 6.404/1976. Essas alterações tiveram (e ainda têm) o objetivo de facilitar a análise dos investidores internacionais, principalmente. De acordo com Viceconti e Neves (2013, p. 33) “a necessidade de manusear diversas demonstrações financeiras com várias normas distintas e diferenciadas dificultava sobremaneira a comparação das mesmas e, conseqüentemente, a aplicação dos recursos pelos investidores residentes ou domiciliados em outros países”.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CPC 01 – ASPECTOS NORMATIVOS E CONCEITUAIS

UNIDADE GERADORA DE CAIXA E GOODWILL

MENSURAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DE UGC'S

MENSURAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS

REVERSÃO DE IMPAIRMENT

AULA 2

ASPECTOS NORMATIVOS E CONCEITUAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

CPC 20 – RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO
AMORTIZAÇÃO
PERÍODO DE CAPITALIZAÇÃO, SUSPENSÃO E CESSAÇÃO DA CAPITALIZAÇÃO
COVENANTS

AULA 3

ESTRUTURA CONCEITUAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – CPC 00 R1
CAPITAL SOCIAL E SUA CONTABILIZAÇÃO – SUBSCRITO, INTEGRALIZADO E AÇÕES
EM TESOURARIA
TRANSAÇÃO NA EMISSÃO DE AÇÕES
CÁLCULO DO ÁGIO NA EMISSÃO DE AÇÕES – PERÍODO DE CAPITALIZAÇÃO
RESERVAS DE CAPITAL

AULA 4

CONCEITO DE RESERVAS E RESERVA LEGAL
OUTRAS RESERVAS DE LUCROS
RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL
DIVIDENDOS

AULA 5

ASPECTOS INICIAIS – CPC 23
POLÍTICAS CONTÁBEIS
ALTERAÇÃO DE PRÁTICA CONTÁBIL E MUDANÇA DE ESTIMATIVA
CORREÇÃO DE ERROS
DIVULGAÇÃO DA REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AULA 6

ASPECTOS INICIAIS – CPC 02
FORMAS DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR
TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA
MÉTODOS DE CONVERSÃO
DIVULGAÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- MARTINS, E., et al. Manual de Contabilidade Societária. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- RIOS, R. P.; MARION, J. C. Contabilidade Avançada: de acordo com as Normas Brasileiras De Contabilidade (NBC) e Normas Internacionais De Contabilidade (IFRS). 1. ed. São Paulo: Atlas, 2017.